

DEZ ANOS DE BLAIRISMO

Eunice Goes

Foi com alívio que a classe política e mediática, bem como alguns segmentos do eleitorado britânico, viram Tony Blair sair de Downing Street, pela última vez. A máquina publicitária do ex-primeiro-ministro britânico fez o possível para criar uma atmosfera nostálgica e reminescente da era de ouro do blairismo, mas já nessa altura era palpável a vontade de mudança. Acima de tudo prevalecia uma certa perplexidade sobre como avaliar o legado da era Blair. A memória de curto prazo fixou-se no desastre da invasão do Iraque, e nos escândalos de corrupção que mancharam a reputação do Governo trabalhista, mas a era Blair foi bem mais do que isso.

Para o bem e para o mal, o Reino Unido é um país diferente após dez anos de era Blair. O sistema político é mais democrático e transparente graças ao ambicioso mas inconsistente programa de revisão constitucional. A Irlanda do Norte está em paz e tem um governo autónomo. O acesso à arte e à cultura foi democratizado. A economia britânica viveu o mais longo período de crescimento económico sustentado desde o pós-guerra. O Norte da Inglaterra está em processo de regeneração económica. Mas houve mudanças que deixaram um sabor mais amargo. Apesar da criação do salário mínimo, dos investimentos gigantescos nos serviços públicos, a sociedade britânica confronta-se hoje com mais desigualdades sociais do que no auge da era Thatcher, e a crise aguda no sistema financeiro britânico expôs as fragilidades da política económica do Governo New Labour, e do próprio *boom* da última década. Por outro lado, a relação próxima que Blair cultivou com a Administração Bush Jr., que culminou na impopular e desastrosa invasão do Iraque, trouxe muitos amargos de boca ao Governo britânico. A bancada trabalhista, até aí dormente, começou a organizar regularmente revoltas parlamentares, tornando-se efectivamente numa oposição ao Governo. Por seu lado, o eleitorado começou a desertar a grande tenda ideológica em que se tornou o Partido Trabalhista britânico.

Neste artigo será argumentado que o Reino Unido mudou significativamente durante os dez anos da era Blair, mas que muitas destas mudanças devem pouco à tradição social-democrata da qual o New Labour se reclama.

THATCHERISMO OU SOCIAL-DEMOCRACIA? POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL DO NEW LABOUR

Para o New Labour, a economia ia ser o maior teste à sua credibilidade política e executiva. Por isso, a manutenção da estabilidade macroeconómica e financeira tornou-se o principal objectivo da sua política económica. Para tranquilizar a City e outros actores económicos, Gordon Brown adoptou todos os capítulos e alíneas da cartilha monetarista. O controlo da inflação, a «prudência» (uma das palavras favoritas do chanceler do Tesouro) com o dinheiro dos contribuintes, a defesa da flexibilidade do mercado de trabalho tornaram-se as pedras de toque da política económica do New Labour.

A adesão à cartilha monetarista garantiu a ausência de deslizos social-democratas. A redistribuição da riqueza, baseada no aumento dos impostos das classes mais abastadas, estava claramente fora de questão. Como disse Blair pouco depois de ter chegado a Downing Street, «aumentar os impostos e a despesa pública não é a maneira certa de gerir uma economia eficiente, dinâmica e moderna»¹.

No entanto, o Governo neotrabalhista (à semelhança dos governos conservadores) não foi inteiramente honesto na sua mensagem sobre fiscalidade. É que se não houve aumentos de IRS, os impostos indirectos, esses, sofreram aumentos consideráveis. Só no seu primeiro Orçamento de Estado, Brown conseguiu arrecadar mais de cinco mil milhões de libras com o imposto aos lucros das empresas privatizadas, e com a abolição do subsídio de casamento e do crédito fiscal aos empréstimos à habitação².

Os milhões, que Brown retirou subrepticamente do contribuinte britânico, permitiram ao New Labour investir em programas de redução do desemprego inovadores (estas políticas serão explicadas em detalhe na secção seguinte). No entanto, estes fundos extra deram para pouco mais. A melhoria dos serviços públicos, prometida no programa eleitoral do New Labour, ficou para segundo plano. Na altura, a prioridade do Governo era ganhar a reputação de bom gestor da economia junto dos principais actores económicos.

Essa reputação foi conquistada. Quando o primeiro mandato New Labour terminou, em 2001, ninguém duvidava da competência económica do Governo. Nos círculos políticos e económicos falava-se inclusive da criação de um «modelo económico britânico»

AS ALUSÕES AO MODELO BRITÂNICO PROVARAM SER EXAGERADAS, MAS É UM FACTO QUE EM DEZ ANOS A ECONOMIA CRESCEU DE FORMA SÓLIDA E SUSTENTADA.

que diferia do modelo norte-americano e do modelo continental europeu³. As alusões ao modelo britânico provaram ser exageradas, mas é um facto que em dez anos a economia cresceu de forma sólida e sustentada, o desemprego desceu, a

inflação estava controlada e as taxas de juro registaram o seu nível mais baixo (quatro por cento) desde 1963 (o quadro macroeconómico alterou-se significativamente desde o Outono de 2007).

SERVIÇOS PÚBLICOS

A reputação de bom gestor da economia foi conquistada, mas havia um problema. O eleitorado tinha expectativas relativamente aos serviços públicos. Em 2000, uma vaga de descontentamento com o estado decadente dos serviços públicos varreu o país. O eleitorado recordou as modestas promessas feitas em 1997 sobre a redução das listas de espera nos hospitais, sobre mais professores para as escolas, melhores transportes públicos e mais polícias nas ruas, e apercebeu-se que nessas frentes pouco ou nada tinha mudado. Mais. Nos primeiros anos da era New Labour, o estado dos serviços públicos piorou. As listas de espera nos hospitais aumentaram, e um número crescente de professores, polícias, médicos e enfermeiros abandonava as suas carreiras no sector público. A certa altura, os dados estatísticos começaram a ser acompanhados por relatos detalhados sobre o estado dos serviços públicos britânicos na imprensa estrangeira, e estes por comparações pouco lisonjeadoras com os seus congéneres europeus⁴.

Para pôr fim a este burburinho e garantir a vitória nas eleições de 2001, Tony Blair fez uma promessa extraordinária. Numa entrevista televisiva, o primeiro-ministro prometeu aumentar o nível de investimento no Sistema Nacional de Saúde para a média europeia de oito por cento do PIB. Na altura em que a promessa foi feita – em pleno «Breakfast with Frost» na BBC –, Blair ainda não tinha discutido a ideia com o Governo. Brown, o chanceler do Tesouro, não queria acreditar no que ouvia (em boa verdade, estava furioso). Mas nesta altura estava a formar-se um novo consenso sobre o papel do Estado na economia e em particular sobre os impostos. Várias sondagens de opinião revelaram que o eleitorado esperava e desejava o aumento da carga fiscal para financiar investimentos nos serviços públicos.

O «festim» de aumento da despesa pública foi confirmado no Verão de 2000. Nessa ocasião, Gordon Brown anunciou aumentos de seis por cento nos orçamentos da saúde, da educação e para a rede de transportes públicos. Com estes anúncios, a despesa pública aumentou 3,25 por cento ao ano durante quatro anos⁵. Mas estes investimentos tinham um preço. As contribuições para a Segurança Social aumentaram um por cento para todos os contribuintes (o objectivo era financiar os investimentos no Serviço Nacional de Saúde), e a nova injeção de capital seria acompanhada por reformas da administração pública que privilegiavam os valores de mercado.

Uma parte substancial do investimento público foi gasta nos aumentos salariais para enfermeiras, médicos e professores. A ideia era pôr fim à crise de recrutamento que afectava estes serviços públicos. A outra grande fatia foi gasta nas controversas Parcerias Públicas e Privadas (PPP). O Governo New Labour tem recorrido a PPP para financiar a construção de escolas, hospitais, estradas, prisões e mais recentemente começou a utilizar as PPP para gerir serviços públicos, como departamentos regionais da Segurança Social.

A teoria subjacente às PPP é simples e, à primeira vista, é bastante racional e apelativa. De acordo com a teoria, qualquer investimento do Estado, seja ele a compra de com-

putadores para a Agência de Passaportes, ou a construção de um hospital, de uma escola ou de uma prisão, será financiado por consórcios privados que se comprometem a cumprir prazos e orçamentos e assumem o risco do investimento. A vantagem das PPP, de acordo com o Governo trabalhista, é a de que estes esquemas custam menos ao erário público, garantem investimentos imediatos, oferecem bons serviços e além disso há uma transferência de risco para o sector privado. A única obrigação do Estado é a de pagar os devidos empréstimos através de prestações espaçadas ao longo de trinta ou sessenta anos. De certa forma, as PPP funcionam como sistemas de crédito. A questão é a de saber se os acordos celebrados entre o sector público e os consórcios privados são vantajosos para o Estado⁶. Ora, vários estudos independentes revelam que os projectos de PPP raramente produzem os resultados apregoados, ou seja, não garantem melhores serviços e normalmente custam mais dinheiro ao contribuinte⁷. Mais. Nos projectos PPP implementados até à data, o Estado tem acarretado com os custos dos atrasos na concretização dos projectos. Quer dizer, os riscos não estão a ser transferidos para o sector privado⁸.

Vários estudos académicos, relatórios parlamentares e análises de auditores contradizem o cenário descrito pelo Governo. Por exemplo, um relatório de uma comissão parlamentar, publicado na Primavera de 2002, concluiu que os alegados benefícios das PPP «ainda estão por provar»⁹. E mais recentemente, um relatório da Audit Commission que avaliou 25 projectos PPP na área da educação, concluiu que as escolas construídas por consórcios privados, através de parcerias público-privadas, são «significativamente piores» em termos de espaço, aquecimento, iluminação e acústica, do que as escolas financiadas de forma tradicional. Os auditores do Estado concluíram ainda que a construção de escolas através de PPP não custa menos ao erário público. Por todas estas razões, Dick Waite, investigador na Audit Commission, advertiu o Governo contra a utilização de PPP na construção de novas escolas¹⁰.

Mas apesar das críticas e da evidência de ineficácia, o New Labour continuou a insistir na fórmula. Com efeito, desde 2004 o Governo começou a contratar empresas privadas para fornecer serviços na área da saúde. Actualmente, vários consórcios internacionais foram contratados pelo Governo britânico para fazerem radiografias, análises, operações cirúrgicas de rotina a utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Este princípio foi também aplicado na área da educação. Qualquer empresário, ou organização voluntária com um interesse mínimo na área da educação, pode decidir investir numa escola estatal.

No entanto, esta nova abordagem ao financiamento e gestão dos serviços públicos não alterou radicalmente a sua qualidade. Não há dúvida que as listas de espera nos hospitais foram substancialmente reduzidas, e que centenas de escolas foram remodeladas e têm direcções mais motivadas, e de que os espaços públicos são mais agradáveis. Mas estes sucessos foram alcançados com base num enorme custo financeiro para o contribuinte. A opinião pública sente que o Governo gastou milhões de libras em investi-

mentos nos serviços públicos, mas os resultados são decepcionantes. O SNS em particular é visto por muitos como um enorme buraco negro que só sorve dinheiro público. Os britânicos conquistaram o direito a serem tratados em hospitais europeus e o Governo gosta de dizer que ofereceu «escolha» aos «consumidores» de serviços públicos, mas ainda há pacientes que esperam mais de seis meses para serem vistos por um especialista ou por uma operação cirúrgica e os serviços médicos pré-natais são de qualidade medíocre.

A OPINIÃO PÚBLICA SENTE QUE O GOVERNO GASTOU MILHÕES DE LIBRAS EM INVESTIMENTOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS, MAS OS RESULTADOS SÃO DECEPCIONANTES.

Por outro lado, no quadro macroeconómico começam a avizinhar-se algumas nuvens negras. Após dez anos de crescimento económico sustentado e de grande estabilidade financeira, a economia britânica entrou em recessão. A dívida pública aumentou substancialmente, as taxas de juro subiram cinco vezes desde 2006, os níveis de endividamento privado são elevadíssimos, o custo de vida aumentou substancialmente desde finais de 2007, o aumento da carga fiscal começou a fazer sentir-se nos bolsos dos contribuintes¹¹, a crise no sistema bancário norte-americano teve um efeito de contágio no mercado bancário britânico, e o desemprego está a aumentar. Quer dizer, o alegado milagre económico britânico desvaneceu-se.

UM REINO UNIDO MAIS JUSTO?

A «Nova Grã-Bretanha» do New Labour prometia mais do que uma economia estável e dinâmica. Na famosa fórmula de Blair, o objectivo da política da Terceira Via era combinar «a eficiência económica com a justiça social». Assim, aliada a uma estratégia macroeconómica monetarista, prudente e ortodoxa, o Governo aliou um pacote de reformas sociais que tinha como fim promover uma concepção de cidadania em torno da ideia de «direitos e deveres»¹². Em termos concretos, esta ideia implicava promover a «ética do trabalho», forçando os beneficiários de subsídios de desemprego, até então incondicionais e atribuídos por tempo indefinido, a reintegrar o mercado de trabalho e a tornarem-se cidadãos úteis¹³.

A promoção do trabalho reflectia duas grandes preocupações do Governo. A primeira, de natureza pragmática, relacionava-se com questões de competitividade e eficiência económica¹⁴. Há muito que Brown tentava perceber as causas da fraca produtividade da economia britânica. Em particular, o chanceler do Tesouro não percebia como é que a produtividade do Reino Unido era 20 por cento inferior à encontrada na França e na Alemanha, países com modelos sociais mais rígidos¹⁵. Brown rapidamente percebeu que a fraca produtividade da economia britânica se devia a dois factores: por um lado, às baixas qualificações dos trabalhadores britânicos, e, por outro, à relutância do sector empresarial, e em particular da indústria, em investir em tecnologia que melhorasse a sua eficiência económica (as empresas britânicas continuam

a considerar mais barato exigir à sua mão-de-obra trabalhar mais de 48 horas semanais).

A segunda preocupação do New Labour, de natureza ideológica, relacionava-se com a sua agenda moral. Quer dizer, o Governo queria promover um conjunto de valores morais através do Estado-Providência. A promoção da ética do trabalho não era importante apenas porque contribuía para a redução do desemprego e do orçamento da Segurança Social, mas também porque o trabalho tinha a capacidade de transformar o carácter moral dos indivíduos. Como explicou Richard Layard, o economista que aconselhou o Governo na reforma do Estado-Providência, «o trabalho faz com que as pessoas se sintam úteis»¹⁶.

Assim, a plataforma principal da reforma do Estado-Providência foi o programa «New Deal», que se inspirou em políticas de criação de emprego desenvolvidas na Dinamarca e nos Estados Unidos. A ideia central deste programa era a de tornar o subsídio de desemprego condicional. Quer dizer, os beneficiários de subsídio tinham que se inscrever em programas de formação profissional, ou aceitar trabalho subsidiado pelo Estado no sector privado ou numa organização voluntária¹⁷. Se os desempregados se recusassem a cumprir com as suas obrigações corriam o risco de perder o direito aos subsídios estatais por um período de tempo limitado¹⁸. O programa «New Deal» destinava-se a jovens desempregados, mas também a mães solteiras desempregadas (neste último caso, não havia sanções, o programa tinha como objectivo encorajar estas mulheres a ingressar no mercado de trabalho).

O programa «New Deal» foi complementado com outras medidas, nomeadamente a criação do salário mínimo; a criação de um complexo sistema de créditos fiscais para subsidiar famílias que trabalham (Working Families Tax Credits)¹⁹, para subsidiar a utilização de creches (Childcare Tax Credits)²⁰; a criação da licença de paternidade e a extensão do período de licença de parto de seis para nove meses. Todas estas medidas tinham como objectivo tornar a opção «trabalho» mais atractiva, não só para os jovens mas também para as mães que abandonaram o mercado de trabalho.

À primeira vista, estas medidas sugerem uma abordagem social-democrata ao mercado de trabalho. Afinal, muitas destas políticas têm como inspiração as social-democracias escandinavas. No entanto, uma análise cuidada da abordagem social do New Labour sugere uma interpretação diferente. Por exemplo, o salário mínimo foi fixado a um nível considerado aceitável pelo patronato. O próprio Governo reconheceu que o salário mínimo foi fixado a um nível excessivamente modesto, pois o sistema de créditos fiscais visa complementar o salário mínimo nacional.

Relativamente aos direitos dos sindicatos, o Governo trabalhista não revogou a legislação restritiva da era Thatcher. Na verdade, Blair declarou com um certo orgulho que «as alterações à legislação laboral que nós propomos fazem com que o Reino Unido tenha as leis sindicais mais restritivas do mundo ocidental»²¹. Quanto à adopção do Capítulo Social Europeu, Blair também afirmou que faria o possível para garantir que

a Europa adoptasse mercados de trabalho flexíveis²². Aquando da negociação da Carta Europeia de Direitos Fundamentais, o Governo neotrabalhista assegurou o carácter não vinculativo deste documento²³. E em 2002, numa aliança simbólica com os governos conservadores espanhol e italiano, o Governo britânico promoveu a diluição do Capítulo Social Europeu ao propor a flexibilização dos mercados de trabalho²⁴. Mais, o Governo britânico encarou a Agenda de Lisboa como a oportunidade de diluir ou mesmo repe- lir muita legislação social que tem sido introduzida por Bruxelas²⁵.

Independentemente da flexibilização do mercado de trabalho, é um facto que a taxa de desemprego baixou substancialmente durante a era Blair. Em dez anos, a economia criou 250 mil postos de trabalho²⁶. Mas nesta área há dois pontos que importa referir. O primeiro é o de que os grandes investimentos nos serviços públicos criaram uma percentagem substancial de postos de trabalho²⁷. Quer dizer, apesar das declarações monetaristas, a abordagem de Brown à criação de emprego é neokeynesiana. O segundo ponto importante, é o de que a taxa de desemprego oficial esconde uma realidade. Há mais de dois milhões de pessoas que não são oficialmente classificadas como desem- pregadas, mas que não participam no mercado de trabalho. Em 2004, havia 2,7 milhões de pessoas a receber o subsídio de incapacidade, ao custo anual de 19 mil milhões de libras²⁸.

Por outro lado, as reformas sociais do New Labour não reduziram as desigualdades sociais no país. Na verdade, o Governo nunca se declarou preocupado com o alargar do fosso social. À semelhança de muitos democrata-cristãos, o New Labour disse estar preocupado com a pobreza e a exclusão social e lançou inúmeras iniciativas para combater estes problemas, incluindo pla- nos detalhados de redução da pobreza infantil. Mas em relação às desigualdades sociais, o New Labour não tem nada a dizer. Numa entrevista memorável transmitida no programa «Newsnight» da BBC antes das eleições de 2001, Blair disse que não tinha como ambição «aumentar os impostos aos David Beckham deste mundo»²⁹.

Esta abordagem à questão das desigualdades sociais reflecte-se nos dados socioeconómicos. Nos dez anos da era Blair, as desigualdades sociais aumentaram. O alargar do fosso social não significa que a pobreza tenha crescido, mas sim que as camadas mais desfavorecidas viram os seus rendimentos estagnar quando os «Masters of the Universe» da City viram os seus rendimentos quadruplicar (o Reino Unido é hoje encarado como um paraíso fiscal para os multimilionários do mundo). Prova disso é a recente proposta do Partido Conservador para começar a cobrar impostos aos residentes estrangeiros que se declaram «não-residentes» fiscais para não pagarem impostos. Quanto ao com- bate à pobreza e exclusão social, os níveis de pobreza no Reino Unido são comparáveis com os encontrados na Europa do Sul. De acordo com o Statistics UK, o gabinete ofi-

AS REFORMAS SOCIAIS DO NEW LABOUR NÃO
REDUZIRAM AS DESIGUALDADES SOCIAIS NO PAÍS.
O GOVERNO NUNCA SE DECLAROU PREOCUPADO
COM O ALARGAR DO FOSSO SOCIAL.

cial de estatísticas do Reino Unido, entre 2002 e 2005 duas em cada cinco crianças residentes em Londres viviam abaixo do limiar de pobreza. O mesmo instituto de estatísticas revela que as desigualdades sociais aumentaram entre 1996 e 2006 (houve uma ligeira redução no período 2001-2002) e têm tendência a aumentar³⁰. Ora, estes resultados estão aquém do quadro macroeconómico e social encontrado nos países escandinavos. Estes países combinam um Estado-Providência generoso com uma economia dinâmica e inovadora, que cresce acima da média europeia, e que gere as taxas de desemprego mais baixas da Europa³¹.

A DEMOCRATIZAÇÃO DO REINO UNIDO

A Constituição foi a área onde as reformas do New Labour foram mais profundas e produziram maior impacto. No espaço de uma década, o sistema político britânico foi radicalmente transformado. O curioso é que esta transformação aconteceu quase por acidente, pois Blair nunca se interessou por assuntos constitucionais³².

Em dez anos, o Governo New Labour descentralizou o poder ao criar um parlamento escocês, assembleias no País de Gales e na Irlanda do Norte, aboliu todos os pares hereditários da Câmara dos Lordes (com a excepção de 92 lordes), incorporou a Convenção Europeia dos Direitos Humanos na legislação britânica, dando pela primeira vez na história direitos positivos aos súbditos de Sua Majestade, tornou o poder executivo mais transparente graças à nova legislação sobre liberdade de informação, introduziu novos e criativos sistemas eleitorais de representação proporcional nos vários níveis do poder local e regional (tornando o Reino Unido o país mais experimentalista nesta área – há cinco sistemas eleitorais diferentes a serem utilizados nos vários órgãos democráticos do país), está em curso a criação de um Supremo Tribunal, que terá o efeito de separar o poder judicial dos poderes executivos e legislativos (até agora, a mais alta instância judicial do país funcionava na Câmara dos Lordes)³³, e o actual primeiro-ministro, Gordon Brown, propôs transferir para o Parlamento poderes conferidos ao executivo pela Prerrogativa Real (por exemplo, a declaração de guerra será feita após a autorização expressa do Parlamento)³⁴.

A implementação rápida destas reformas resultou numa autêntica revolução constitucional. Assim, o Reino Unido assumiu um carácter «quase-federal»³⁵ e o sistema político ficou mais democrático e transparente. É importante frisar também que muitas das disposições constitucionais britânicas, em particular as que se referem à estrutura e funcionamento das instituições políticas datam da era pré-democrática e por conseguinte são anteriores às doutrinas de separação de poderes. Por outro lado, a supremacia do Executivo britânico foi limitada com estas reformas. As autonomias nacionais colocaram poder nas mãos de parlamentos locais, os tribunais conquistaram o direito a desafiar o Executivo no que se refere a direitos humanos, e o «Freedom of Information Act» forçou o Governo a ser mais transparente. *Last but not least*, o conflito nacionalista da Irlanda do Norte foi finalmente resolvido. Desde a Primavera de 2007 que

unionistas e republicanos partilham o poder nas instituições autónomas da Irlanda do Norte.

A revisão constitucional do New Labour também criou novos problemas, e deixou outros sem solução. Por exemplo, a reforma da Câmara dos Lordes ainda está por concluir. A ausência de consenso no Governo e na Câmara dos Comuns relativa à democratização da Câmara dos Lordes bloqueou a reforma. Esta questão só deverá ser solucionada após as próximas eleições legislativas, previstas para 2010.

Mas o maior problema foi criado pelas autonomias nacionais na Escócia, no País de Gales e na Irlanda do Norte. Há uma parte componente do Reino Unido – a Inglaterra – que continua a ser inteiramente governada pelo Parlamento de Westminster e pelo Governo central. Isto cria problemas de representação importantes, originando desigualdades de poder entre os vários deputados. Quer dizer, os representantes de circunscrições eleitorais inglesas não podem aprovar leis sobre o financiamento do ensino superior na Escócia (estas são da competência do Parlamento escocês), mas os deputados que representam a Escócia podem decidir qualquer reforma educativa que afecte exclusivamente a Inglaterra. Esta desigualdade entre deputados criou fortes ressentimentos na Inglaterra. Há uma forte corrente de opinião no país que defende um novo funcionamento para a Câmara dos Comuns segundo o qual os deputados escoceses devem abster-se de votar em assuntos que afectem exclusivamente o Reino Unido. Mas esta solução é considerada não só difícil de implementar (significaria que o primeiro-ministro, que representa uma circunscrição escocesa, não poderia votar em muitas propostas de lei do seu governo), mas também uma grande ameaça à coesão nacional³⁶.

A solução para este problema é a federalização total do sistema político, o qual passaria pela criação de assembleias nas várias regiões da Inglaterra e a redução do número de deputados que representam a Escócia e o País de Gales³⁷ no Parlamento de Westminster. O Governo contemplou esta hipótese, mas de forma inconsistente. As assembleias regionais propostas para Inglaterra iam ser tão insignificantes em termos de poderes que em 2004 as populações locais as rejeitaram em referendo. O Governo não voltou a tentar abordar a Questão Inglesa e é improvável que a palavra «federalismo» não volte a ser enunciada por nenhum político britânico. Mas enquanto esta não for resolvida, o desequilíbrio constitucional levantará questões importantes sobre o funcionamento das instituições democráticas.

A inconsistência das reformas constitucionais também se fez sentir na área dos direitos humanos. É que se o New Labour deu

com uma mão novos direitos civis aos britânicos, com a outra restringiu muitos desses direitos com a legislação antiterrorista implementada desde 2001. Os ataques terroristas de 11 de Setembro nos Estados Unidos e os de 7 de Julho de 2005 em Londres foram

SE O NEW LABOUR DEU COM UMA MÃO NOVOS DIREITOS CIVIS AOS BRITÂNICOS, COM A OUTRA RESTRINGIU MUITOS DESSES DIREITOS COM A LEGISLAÇÃO ANTITERRORISTA DE 2001.

os argumentos usados pelo Governo para justificar o novo regime draconiano de liberdades civis. O Estado tem vindo a conquistar o direito a controlar vastas quantidades de informação sobre os seus cidadãos (o Reino Unido é um dos países mais vigiados do mundo), a polícia ganhou novos poderes para deter cidadãos inocentes e a liberdade de expressão perdeu o seu estatuto sagrado. O Governo proibiu o direito a organizar manifestações em frente ao Parlamento ou em frente a Downing Street³⁸. Por outro lado, o princípio de *habeas corpus*, a pedra de toque da Constituição britânica desde a Magna Carta de 1215, está em risco de perder validade³⁹. A polícia pode deter suspeitos sem acusação formal por vinte e oito dias, o período de detenção mais longo de qualquer outro regime democrático. E agora, o Governo quer alargar esse período de detenção sem acusação formal para quarenta e dois dias, apesar de não ter conseguido demonstrar a necessidade de uma medida tão draconiana e de os juízes e a polícia afirmarem que ela é desnecessária⁴⁰. Mais, no âmbito deste período de detenção, os suspeitos de terrorismo perdem o direito a conhecer as acusações que lhes são feitas pelo Estado⁴¹.

A TERCEIRA VIA E O MUNDO

As ambições de reforma radical do New Labour não se confinaram à política interna. Blair tinha ideias concretas sobre a posição do Reino Unido no mundo. Para o New Labour, o Reino Unido é mais do que uma potência média: é uma «nação-pivô». Quer dizer, é um Estado com capacidade para influenciar a política internacional superior ao potencial normalmente atribuído a potências médias. Como Blair explicou num discurso: «Para mim a Grã-Bretanha não é uma Grã-Bretanha que vira as costas ao mundo – limitada, tímida, incerta. É uma Grã-Bretanha segura do seu lugar no mundo, capaz de negociar com o mundo e de oferecer liderança»⁴². Esta visão sobre a posição do Reino Unido no mundo afectou a diplomacia britânica de forma considerável. O pragmatismo cauteloso que definiu a estratégia do Foreign Office durante mais de um século foi substituído por objectivos ideológicos e um zelo messiânico em concretizá-los.

A concretização da visão internacional do New Labour dependia de iniciativas em três áreas específicas: Europa, Estados Unidos e países em vias de desenvolvimento. Ao nível da Europa, Blair manifestou a ambição de tornar o Reino Unido uma potência líder, com capacidade de influenciar a futura direcção do projecto de integração europeia. Relativamente aos Estados Unidos, o primeiro-ministro britânico defendeu o fortalecimento das relações transatlânticas. Para Blair, estas duas estratégias eram complementares, e por isso se propôs o ambicioso e truculento papel de ser a «ponte» entre a Europa e os Estados Unidos. A terceira área de acção conseguia ser mais ambiciosa. O Reino Unido propunha ser «polícia» e defensor dos valores ocidentais. Num discurso em Chicago, em Abril de 1999, Blair anunciou a «doutrina da comunidade internacional», onde defendeu o direito de o Ocidente intervir em estados soberanos caso estes fossem palco de genocídio, violação dos direitos humanos ou opressão. Foi no âmbito

da doutrina da comunidade internacional que o Reino Unido participou em cinco guerras: Kosovo, Serra Leoa, Afeganistão e, por duas vezes, no Iraque (1998 e 2003)⁴³. Mas foi também no âmbito desta abordagem que o New Labour se envolveu em novas políticas de desenvolvimento que incluíam o perdão da dívida a países africanos que se comprometiam a seguir princípios de transparência e de «bom governo».

LÍDER OU À MARGEM DA EUROPA?

Quando chegou a Downing Street, em Maio de 1997, Blair estava determinado em melhorar a relação do Reino Unido com a Europa. Assim, o então primeiro-ministro prometeu terminar com a política de obstrução neurótica do anterior Governo conservador e desempenhar um papel construtivo na Europa. Mas a verdadeira ambição de Blair era a de tornar o Reino Unido uma potência líder na União Europeia (UE). Para esse efeito, Blair anunciou que o Reino Unido ratificaria o Tratado de Amesterdão, e que adoptaria o Capítulo Social do Tratado de Maastricht. Evidentemente, esta boa-vontade em relação à Europa não saiu de graça. Blair exigia reformas económicas e sociais bem como a da Política Agrícola Comum. Além disso, o primeiro-ministro reclamava reformas institucionais que aproximassem o projecto europeu dos cidadãos.

Esta nova atitude construtiva, se bem que exigente, foi recebida em Bruxelas quase com euforia. O entusiasmo reformista de Blair recolheu o apoio de muitos governos europeus para a Agenda de Lisboa, que foi proposta pela presidência portuguesa, mas cujos detalhes foram orquestrados por Londres⁴⁴. O primeiro-ministro também se declarou a favor da extensão dos votos por maioria qualificada em questões de emigração⁴⁵. Além disso, Blair surpreendeu os seus parceiros europeus ao defender o reforço da identidade europeia de defesa

BLAIR SURPREENDEU OS SEUS PARCEIROS EUROPEUS AO DEFENDER O REFORÇO DA IDENTIDADE EUROPEIA DE DEFESA NA CIMEIRA INFORMAL DE PORTSCHACH EM DEZEMBRO DE 1998.

na cimeira informal de Portschach em Dezembro de 1998⁴⁶. A este anúncio seguiu-se a assinatura em 1998 da iniciativa anglo-francesa em Saint-Malo relativamente ao fortalecimento da identidade europeia de defesa, e desde então os britânicos têm sido defensores entusiásticos da criação de um exército europeu.

No entanto, havia aspectos da política europeia de Blair que inquietaram alguns líderes europeus, nomeadamente a posição britânica em relação à moeda única. Em 1997, a relutância de Londres em aderir à União Económica e Monetária foi entendida como uma posição temporária. A maioria dos líderes europeus percebeu que Londres tinha um problema de opinião pública e que precisava de tempo para convencer o eleitorado a abandonar a libra.

Mas em vez de se lançar numa campanha com vista a ganhar um referendo, Blair sucumbiu aos instintos eurocéticos da imprensa tabelóide (e em particular do grupo News International Corp., de Rupert Murdoch) e do seu chanceler do Tesouro, Gordon Brown.

Foi neste contexto que surgiram os «cinco testes económicos» que teriam de ser vencidos para que o Governo pudesse recomendar a adesão à moeda única. Rapidamente se tornou claro que os cinco testes económicos eram completamente arbitrários. O argumento a favor da adesão dependia essencialmente da vontade política. Ora, esta não abundava. Muito pelo contrário, como de resto demonstraram as homilias de Gordon Brown sobre a «Europa pouco competitiva».

Em dez anos, o Governo New Labour nunca recomendou a adesão à moeda única ao eleitorado. Hoje a questão nem sequer se coloca. A adesão do Reino Unido à moeda única está fora da agenda política para os próximos vinte anos. Mas esta decisão tem implicações importantes para a posição do Governo britânico. O Reino Unido nunca poderá liderar a Europa enquanto estiver fora da área mais integrada da política europeia – a moeda única. Como disse o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, numa entrevista à BBC, o Reino Unido não pode liderar na Europa enquanto não participar na moeda única. O velho aliado de Blair, o comissário europeu, Peter Mandelson concorda. Num artigo publicado no *Financial Times*, Mandelson afirmou que o Reino Unido «pagaria um preço elevado» por se ter alinhado incondicionalmente com Washington e por continuar a hesitar na decisão de aderir ao euro⁴⁷.

No entanto, a questão que destruiu as ambições europeias de Blair não foi a moeda única, foi a invasão do Iraque e toda a querela diplomática que a antecedeu. A decisão de participar na invasão do Iraque ao lado da Administração Bush causou muitos franzeiros de sobrolhos nas capitais europeias, em particular em Berlim e Paris⁴⁸. A estratégia de ação preventiva defendida pela Administração de George W. Bush, bem como a sua linguagem moralista, rica em referências bíblicas, foram encaradas com estranheza e com grande preocupação por um grande número de líderes europeus.

A decisão de participar na invasão do Iraque e de promover sentimentos antieuropeus e antifranceses no Reino Unido provaram que na hora de decidir o Reino Unido prefere os Estados Unidos à Europa. Ora, como afirmou o influente analista britânico Peter Ridell, para conquistar a confiança dos seus parceiros europeus o Reino Unido terá de assumir uma postura mais independente de Washington⁴⁹.

Desde 2003 que as relações do Reino Unido com o resto da Europa melhoraram. O esforço trilateral – França, Alemanha e Reino Unido – de negociações com o Irão

APÓS DEZ ANOS DE BLAIRISMO, O REINO UNIDO NÃO ESTÁ NO CENTRO DA EUROPA. OS SENTIMENTOS EUROCÉPTICOS CONTINUAM A DOMINAR O DEBATE POLÍTICO.

relativas ao programa de enriquecimento de urânio assinalam uma vontade política de coordenar posições em questões internacionais importantes. Por outro lado, a defunta constituição europeia e o reformado (e provavelmente defunto) Tratado

de Lisboa reflectem a influência britânica na arquitectura europeia. Mas influência não é o mesmo que liderança. Acima de tudo, Blair não alcançou o seu objectivo. Após dez anos de blairismo, o Reino Unido não está no centro da Europa. Os sentimentos euro-

cépticos continuam a dominar o debate político. Por outro lado, Blair não conseguiu ser a ponte entre a Europa e os Estados Unidos.

RELAÇÃO ULTRA-ESPECIAL

Como a maior parte dos seus antecessores do pós-guerra, Blair inaugurou a sua chegada ao poder com uma declaração de lealdade aos Estados Unidos. Em 1997, esta promessa era bastante simples de cumprir. Na altura, o ocupante da Casa Branca, Bill Clinton, era amigo de Blair e companheiro de *route* nas aventuras da Terceira Via. Ambos os líderes defendiam políticas externas intervencionistas direccionadas a apoiar a promoção da democracia no mundo e combater regimes ditatoriais. Foi neste contexto que ambos defenderam a intervenção militar da NATO no Kosovo em 1999.

Além disso, durante a Administração Clinton, Blair desempenhou com brio o seu papel de ponte entre os Estados Unidos e a Europa. Recorde-se que nesta altura, 11 chefes de Governo da UE eram não só social-democratas, como também defendiam a «modernização» da social-democracia. Mas a eleição de um presidente republicano alterou este equilíbrio. Blair fez questão de demonstrar que o Governo New Labour seria tão leal a um presidente republicano, como a um democrata.

Os eventos dramáticos de 11 de Setembro de 2001 proporcionaram a Blair a oportunidade para demonstrar essa lealdade. Com um *timing* perfeito, o primeiro-ministro britânico visitou Nova York poucos dias após o ataque às Torres Gémeas, com o fim de demonstrar a sua solidariedade com o povo norte-americano. Durante a visita, Blair anunciou o seu apoio incondicional à «Guerra contra o Terror» anunciada por Bush. De resto, neste período Blair foi o embaixador mais zeloso desta nova campanha contra o terrorismo. Foi graças aos seus esforços diplomáticos que Washington reuniu uma vasta coligação de estados que se prestou a participar no bombardeamento do Afeganistão.

Mas o apoio incondicional a Bush Jr. tornou-se problemático quando o Governo de Londres decidiu apoiar os planos de invasão do Iraque. Várias razões ditaram a decisão de apoiar Washington na invasão do Iraque. A primeira deve-se à primazia da «relação especial» na diplomacia britânica. Mas houve um outro factor que explica este apoio. Tal como Bush, Blair tem uma visão maniqueísta do mundo. Quer dizer, Blair partilhava da agenda neoconservadora que defendia intervenções militares para eliminar líderes autoritários⁵⁰. Com efeito, o conceito de «imperialismo humanitário e liberal», desenvolvido pelo invulgar diplomata britânico Robert Cooper, ganhou muitos admiradores em Downing Street⁵¹. É que a ideia de um imperialismo ou colonialismo benigno e humanitário é corolário dos princípios intervencionistas subjacentes à doutrina da comunidade internacional defendida por Blair em 1999.

A diferença entre Bush e Blair é que este último necessitava de argumentos legais para justificar a invasão do Iraque. Para a invasão ser legal, era necessário obter uma autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁵². Face à oposição da opinião

pública e do Partido Trabalhista e perante as dúvidas manifestadas por vários membros do Governo, o primeiro-ministro britânico percebeu também que tinha de obter a aprovação da Câmara dos Comuns (não era obrigado a fazê-lo) para avançar. Ora, esta dependia de um argumento legal. Foi assim que o New Labour se agarrou à questão das armas de destruição maciça que alegadamente Saddam Hussein possuía. O ex-primeiro-ministro começou por convencer Bush a consultar as Nações Unidas e a seguir iniciou uma campanha diplomática agressiva junto dos membros do Conselho de Segurança. Mas estes esforços foram minados pela Casa Branca. Bush e o seu vice-presidente, Dick Cheney, disseram repetidas vezes que Washington avançaria com a invasão do Iraque com ou sem a autorização da ONU. Esta posição enfureceu Paris, Berlim e Moscovo. Os outros membros do Conselho de Segurança, em particular o México, o Benim e Angola, também estavam pouco inclinados a votar a favor de uma resolução que autorizaria o recurso à força contra o regime de Saddam Hussein, e defendiam a extensão do período de inspeções da Agência Internacional de Energia Atómica. Esta animosidade levou Washington e Londres a retirar a proposta de resolução, que Paris, Moscovo e todos os membros do Conselho de Segurança (com a excepção de Sófia) tinham ameaçado vetar. Sem apoio internacional substancial, Washington e Londres invadiram o Iraque no dia 29 de Março de 2003.

A decisão de participar na invasão e ocupação do Iraque teve efeitos profundos sobre a autoridade de Blair no Governo, no Parlamento e no país. E o pior, é que cinco anos

A DECISÃO DE PARTICIPAR NA INVASÃO
E OCUPAÇÃO DO IRAQUE TEVE EFEITOS
PROFUNDOS SOBRE A AUTORIDADE DE BLAIR
NO GOVERNO, NO PARLAMENTO E NO PAÍS.

após a invasão não foram encontradas armas de destruição maciça, o Iraque está longe de estar estabilizado, a condição das mulheres iraquianas deteriorou-se consideravelmente, e a hostilidade às forças anglo-americanas é bastante forte. Além

disso, o conflito no Iraque alastrou à região, e agora há um sistema de vasos comunicantes entre os insurgentes iraquianos, os jihadistas da Al-Qaida e os taleban do Afeganistão⁵³.

Ao nível da política interna, a ocupação do Iraque é impopular junto do eleitorado, junto das famílias dos militares estacionados na região e junto dos contribuintes que se confrontam com um compromisso militar de longo prazo e que desvia cada vez mais fundos de outros programas públicos. Quer dizer, as implicações financeiras e políticas da invasão do Iraque são profundas e vão continuar a ser durante a próxima década.

Mas, para Blair, o custo mais elevado a pagar por esta aventura militar foi político. Várias sondagens indicaram que a maioria da opinião pública era contra a invasão. O eleitorado também se sentiu enganado pelo Governo, pois os dossiês elaborados por este para persuadir a Câmara dos Comuns sobre a necessidade de intervir militarmente no Iraque exageraram as alegadas capacidades bélicas do regime de Saddam Hussein. O tom, bem como os factos apresentados ao público, basearam-se em relatórios dos

serviços secretos, mas foram «recozinhados» pelo gabinete de comunicações de Downing Street, com o único objectivo de intensificar o seu efeito dramático. Os «se», «mas» e «talvez» dos serviços secretos tornaram-se certezas na boca de Tony Blair⁵⁴.

O primeiro-ministro britânico teve o infortúnio de ver esta campanha propagandística desvendada por dois inquéritos oficiais. Desde então, Blair perdeu a confiança do eleitorado e a sua popularidade desceu a pique. O Governo não ficou imune à perda de autoridade do então primeiro-ministro. Em 2005, o Partido Trabalhista ganhou as eleições legislativas, mas a sua maioria foi substancialmente reduzida para 356 lugares na Câmara dos Comuns, correspondentes a apenas 35 por cento dos votos.

A participação na invasão do Iraque também prejudicou a reputação internacional do Reino Unido. Desde os Acordos Sykes-Picot de 1916 que os britânicos se orgulhavam da sua influência no mundo árabe. A invasão do Iraque, e em particular a predisposição para apoiar a agenda unilateralista de Washington, prejudicou a imagem do Reino Unido no Médio Oriente, nas Nações Unidas e também na UE.

Mas, apesar destes desaires, Blair não se distanciou de Bush. Nesta altura, o então primeiro-ministro encarava a impopularidade como uma medalha ganha numa guerra justa. Na verdade, fez questão de se associar mais uma vez ao Presidente norte-americano no apoio aos ataques israelitas no Sul do Líbano no Verão de 2006, nunca condenou o estatuto ilegal de Guantánamo Bay, e aceitou (juntamente com outros líderes europeus) a prática da rendição.

Blair pode pelo menos orgulhar-se de ter convencido a Administração Bush a seguir a via diplomática relativamente ao programa nuclear iraniano. A Casa Branca aceitou a estratégia europeia com alguma relutância (e, de vez em quando, alguém em Washington fala na iminência de ataques aéreos contra alvos militares iranianos). Blair pode ainda orgulhar-se de ter convencido a Administração norte-americana a subscrever a agenda de ajuda aos países em vias de desenvolvimento na Cimeira de Gleneagles do Grupo dos Sete, em Julho de 2005. No entanto, estas provas de influência britânica junto da Casa Branca são um magro retorno em comparação com o capital investido por Blair na sua relação com George W. Bush.

CONCLUSÃO: BLAIRISMO DEPOIS DE BLAIR

No dia 27 de Junho de 2007, Tony Blair fez pela última vez o curto trajecto de carro de Downing Street até ao Palácio de Buckingham. O objectivo da visita era o de apresentar a sua demissão oficial à rainha Isabel II. Momentos antes, Blair ouviu o tributo dos líderes da oposição na Câmara dos Comuns ao seu desempenho político. David Cameron, líder do Partido Conservador, felicitou Blair pelos seus «sucessos notáveis» alcançados durante os dez anos que governou o Reino Unido. O seu sucessor, Gordon Brown, ouviu as palavras de Cameron com um sorriso, pensando que dificilmente ouvirá as mesmas palavras quando abandonar Downing Street. Afinal, Blair conseguiu o que nenhum outro líder trabalhista jamais alcançara. Sob a sua liderança, o Partido Traba-

lhista ganhou, pela primeira vez na sua história, três mandatos consecutivos para governar o país. Durante esse período, muitas coisas mudaram no Reino Unido e no Partido Trabalhista. Quer dizer, Blair deixou a sua marca no país e no partido.

Em relação ao partido, a social-democracia não passa de uma referência vaga feita ocasionalmente em discursos de ministros New Labour aos fiéis da causa. O legado thatcherista foi consolidado ao nível da macroeconomia, da política social e da gestão dos serviços públicos deixando pouco espaço para preocupações social-democratas. O abandono dos valores social-democratas tornou-se evidente no Orçamento de Estado de 2007, quando o Governo anunciou o duplicar da carga fiscal para os trabalhadores mais pobres de modo a financiar uma redução do IRS de dois por cento para as classes médias. Por ironia, hoje é o Partido Conservador que, oportunisticamente, se diz preocupado com o fosso crescente entre ricos e pobres e que anunciou propostas para pôr fim à redistribuição de riqueza para os ricos.

Quanto ao país, muita coisa mudou também: o poder foi descentralizado, mas as liberdades civis foram restringidas; a economia cresceu, mas os níveis de dívida privada e pública também cresceram; os hospitais receberam novos investimentos, mas as listas de espera não desapareceram; o salário mínimo foi criado, mas as desigualdades sociais aumentaram. A nível externo, a agenda europeia de Blair ficou aquém do prometido, e este fracasso não se nota mais porque a própria UE sofre uma crise de liderança. A importância da «relação especial» para a diplomacia britânica foi reafirmada, mas ao preço de abandonar princípios multilateralistas e de alienar aliados na Europa e no Médio Oriente.

Ora, é este legado que o novo primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, terá de gerir. Após uma década à espera de poder sentar-se no número 10 de Downing Street, Brown prometeu uma lufada de ar fresco. Mas um ano após a sua chegada a Downing Street o ar continua carregado com expectativa e decepção.

Brown não trouxe renovação. Pelo contrário. Os seus primeiros meses à frente do Governo foram passados a convencer quem precisava de ser convencido de que os princípios do blairismo estão vivos e de boa saúde. Nos doze meses que esteve no poder, Brown impôs aos trabalhadores do sector público aumentos salariais inferiores à taxa de inflação; aumentou substancialmente os impostos aos trabalhadores de fracos rendimentos, ofereceu uma pasta ministerial ao ex-director da Confederação da Indústria Britânica, Digby Jones, que no passado se opôs à criação do salário mínimo e a toda a legislação social da última década; copiou as propostas conservadoras de reforma do imposto sobre as heranças (uma causa que agita muito a direita e que choca os meritocratas e social-democratas)⁵⁵; «recompensou» um banco que se comportou de forma irresponsável com mais de 30 mil milhões de libras do contribuinte. Ah!, e ainda teve tempo para convidar Lady Thatcher para uma chávena de chá em Downing Street.

Um ano em Downing Street e são poucos os deputados trabalhistas que acreditam nas intenções social-democratas de Gordon Brown. O pior é que mesmo que quisesse gover-

nar mais à esquerda, Brown tem pouca margem de manobra para ser radical. O Partido Conservador, revitalizado com a mensagem centrista e aparentemente inofensiva de David Cameron, está a subir nas sondagens. Por outro lado, as perspectivas económicas são pouco animadoras. O Banco de Inglaterra tem vindo a preparar o país para um período de estagnação económica. Mas a cereja no topo da reputação de Brown têm sido as crises sucessivas – a decisão de não convocar eleições antecipadas, a crise no mercado interbancário, o colapso do banco Northern Rock, as dificuldades do mercado imobiliário, a incapacidade da direcção-geral de impostos de proteger dados sensíveis sobre a identidade de 25 milhões de pessoas e a continuação do escândalo sobre o financiamento do Partido Trabalhista – que têm questionado seriamente a sua competência e capacidade política para governar o país.

A queda de Brown não é iminente, mas se esta ocorrer não representará o fim da era Blair. O outro produto do blairismo, David Cameron, parece estar pronto para assumir as rédeas do poder. **RJ**

NOTAS

1 BLAIR, Tony – «Speech on Welfare», House of Commons, 17 de Dezembro de 1997, http://www.number-10.gov.uk/public/info/...Speech_display.asp?random=2617&index=12.

2 SMITH, David – «The treasury and economic policy». In SELDON, Anthony, e KAVANAGH, Dennis – *The Blair Effect 2001-05*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 170.

3 TAYLOR, Robert – «Mr Blair's British business model – Capital and labour in flexible labour markets». In SELDON, Anthony, e KAVANAGH, Dennis – *The Blair Effect 2001-05*, p. 185.

4 PROWSE, Michael – «The failure of the permanent revolution in public services». In *Financial Times*, 3 e 4 de Maio de 2003.

5 STEPHENS, Philip – «The Treasury under Labour», pp. 194-195.

6 GOES, Eunice – *A Era Blair em Exame*. Lisboa: Quimera, 2003, pp. 80-94.

7 NORTH, Nancy – «Health policy», p. 131.

8 TOYNBEE, Polly, e WALKER, David – *Did Things Get Better? An Audit of Labour's Successes and Failures*. Londres: Penguin Books, 2001, pp. 104-105.

9 Relatório da comissão parlamentar citado em «Jury still out on PFI». In *The Guardian*, 15 de Maio de 2002.

10 Relatório da Audit Commission citado em «Flagship PFI Schools Are "Significantly Worse"». In *The Guardian*, 16 de Janeiro de 2003.

11 SMITH, David – «The Treasury and economic policy». In SELDON, Anthony, e KAVANAGH, David – *The Blair Effect 2001-05*, p. 177.

12 *New Labour Because Britain Deserves Better*. Londres: The Labour Party, 1997, p. 4.

13 *Ibidem*, p. 18.

14 HILLS, John – «Thatcherism, New labour and the Welfare State». In *CASE Paper*, 13 de Agosto de 1998, pp. 26 e 32.

15 TAYLOR, Robert – «Capital and Labour in flexible labour markets». In SELDON, Anthony, e KAVANAGH, David – *The Blair Effect 2001-05*, p. 201.

16 LAYARD, Richard – *What Labour Can Do*. Londres: Warner Books, 1997, p. 58.

17 «Freeing young jobless from Welfare Hammock». In *The Guardian*, 15 de Maio de 1997.

18 FINN, Dab – «Welfare to work? New Labour and the unemployed». In SAVAGE, Stephen P., e ATKINSON, Rob (eds.) – *Public Policy Under Blair*. Houndmills: Palgrave, 2001, p. 76.

19 Tal como o esquema do New Deal, o Working Families Tax Credit inspira-se nas

políticas norte-americanas, nomeadamente nas iniciativas da Administração Clinton.

20 «Off to Work We Go». In *The Economist*, 7 de Março de 1998, pp. 29-30.

21 Blair entrevistado pelo *Toronto Star*, citado em HAY, Colin – *The Political Economy of New Labour: Labouring Under False Pretences?* Manchester: Manchester University Press, 1999, p. 111. Numa entrevista ao *The Economist*, Blair afirmou: «Mesmo depois dos direitos que introduzimos, creio que temos o mercado laboral mais flexível do mundo ocidental» [«Transcript of an interview with Tony Blair», 15 de Fevereiro de 2000, *The Economist*. Disponível em: <http://www.economist.com/archive/view.cg>].

22 *New Labour, Because Britain Deserves Better*. Londres: Labour Party, 1997, p. 17. HAY, Colin – *The Political Economy of New Labour: Labouring Under False Pretences?*, p. 113.

23 «Blair to sign away rights in charter». In *Daily Mail*, 12 de Outubro de 2001.

24 «PM defends pact with Berlusconi». In *Financial Times*, 16 de Março de 2002. «Blair accuses TUC Chief of outmoded view on employment». In *Financial Times*, 16 de Março de 2002. *Realising Europe's Potential: Economic Reform in Europe*. Londres: HM Treasury, 2002, pp. 100-101.

25 TAYLOR, Robert – «Capital and labour in flexible labour markets», p. 186.

- 26** Em 2007, a taxa de desemprego situa-se nos 5,5 por cento. Houve um aumento de desemprego de cerca de um por cento entre 2006 e 2007.
- 27** TAYLOR, Robert – «Capital and labour in flexible labour markets», p. 205.
- 28** *Ibidem*, p. 198.
- 29** BLAIR, Tony – «Interview to Newsnight», 5 de Junho de 2001. Disponível em: http://www.news.bbc.co.uk/hi/english/events/newsnight/newsid_1372000/1372220.stm.
- 30** «The effects of taxes and benefits on household income 2005/06», pp. 4-5, Office of National Statistics. Disponível em: www.statistics.gov.uk/downloads/theme_social/Taxes_Benefits_2005_06.pdf.
- 31** TAYLOR, Robert – «Capital and labour in flexible labour markets», p. 199. Por exemplo, em 2004 a taxa de crescimento económico no Reino Unido foi de 3,2 por cento («The cost of privatisation will haunt us many years to come». In *The Guardian*, 30 de Novembro de 2006).
- 32** HAZELL, Robert – «Return of the Constitution». In *Prospect*, Fevereiro de 2006, p. 46.
- 33** Os Lordes de Lei funcionavam na Câmara dos Lordes. À fusão com o poder legislativo, pois os Lordes de Lei podiam – mas por convenção abstinham-se – participar em deliberações legislativas da Câmara dos Lordes, juntava-se o problema de o líder da Câmara dos Lordes – o lord chancelor –, ser também um membro do Governo. O novo Supremo Tribunal só deverá começar a funcionar em 2009.
- 34** Um desses poderes será o de declarar a guerra. Até agora, o Governo pode deci-
- dir participar numa guerra sem um voto no Parlamento. Se as propostas de Brown forem avançadas, a decisão de participar numa guerra depende de um voto no Parlamento. «Parliament to get more powers». In *The Guardian*, 6 de Novembro de 2007.
- 35** BOGDANOR, Vernon – «Constitutional reform». In SELDON, Anthony – *The Blair Effect – The Blair Government 1997-2001*. Londres: Little Brown and Company, 2001, p. 150.
- 36** BOGDANOR, Vernon – «Tory plans for an "English Parliament" will wreck The Union». In *The Observer*, 4 de Novembro de 2007.
- 37** MCLEAN, Ian – «The national question». In SELDON, Anthony, e KAVANAGH, David – *The Blair Effect 2001-05*, p. 360.
- 38** Esta perda de liberdade foi demonstrada quando a polícia deteve uma cidadã, Maya Anne Evans, que cometeu o crime de ler em voz alta o nome dos soldados britânicos que morreram no Iraque à porta de Downing Street. O seu acto viola a proibição de manifestações no espaço de um quilómetro quadrado que circunda o Parlamento.
- 39** ASH, Timothy Garton – «The threat from terrorism does not justify slicing away our freedoms». In *The Guardian*, 15 de Novembro de 2007.
- 40** «Law chiefs see no case for longer detention of terrorist suspects». In *The Times*, 22 de Novembro de 2007.
- 41** «Law lords say control orders breach human rights, Law Lords say». In *The Guardian*, 31 de Outubro de 2007.
- 42** Blair citado por KAMPFNER, John – *Blair's Wars*. Londres: Free Press, 2004, p. 3.
- 43** KAMPFNER, John – *Blair's Wars*, p. 52.
- 44** *Ibidem*, p. 13.
- 45** GOES, Eunice – «"Entente Cordiale" na vanguarda da defesa europeia». In *Política Internacional*, Junho de 2004, pp. 95-103.
- 46** BULMER, Simon – «European policy: fresh start or false dawn». In COATES, David, e LAWLER, Peter – *New Labour in Power*. Manchester: Manchester University Press, 2000, p. 249.
- 47** MANDELSON, Peter – «Why the path must be kept open». In *Financial Times*, 9 de Junho de 2003.
- 48** GAMBLE, Andrew – *Between Europe and America*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2003, p. 223.
- 49** RIDDELL, Peter – *Hug Them Close: Blair, Clinton, Bush and the "Special Relationship"*. Londres: Politico's, 2003, pp. 304-305.
- 50** RIDDELL, Peter – *Hug Them Close*, p. 291.
- 51** COOPER, Robert – «Why we still need empires». In *The Guardian*, 7 de Abril de 2002.
- 52** KAMPFNER, John – *Blair's Wars*, p. 192.
- 53** ROGERS, Paul – «Al-Qaida's new terrain». Disponível em: www.opendemocracy.com, 13 de Setembro de 2006.
- 54** KAMPFNER, John – *Blair's Wars*, pp. 203-207.
- 55** TOYNBEE, Polly – «This was the week that Labour's leaders left Social Democracy for dead». In *The Guardian*, 12 de Outubro de 2007.